

56° CONSELHO DIRETOR

70ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS

Washington, D.C., EUA, 23 a 27 de setembro de 2018

*Tema 8.23-A da agenda
provisória*

CD56/INF/23
31 de julho de 2018
Original: inglês

A. 71ª ASSEMBLEIA MUNDIAL DA SAÚDE

1. A 71ª Assembleia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi realizada de 21 a 26 de maio de 2018 em Genebra (Suíça) e contou com a presença de representantes e delegados de 191 Estados Membros, sendo presidida pelo Dr. Pagwesese David Parirenyatwa (Zimbábue). Cinco países ocuparam os cargos de vice-presidência: Djibuti, República Dominicana, Cazaquistão, Maldivas e Filipinas, em representação às respectivas regiões.

2. A República Dominicana, representada pelo Ministro de Saúde Pública, Dr. Rafael Sánchez Cárdenas, ocupou a vice-presidência da Assembleia, representando a Região das Américas e, nesta qualidade, teve oportunidade de conduzir a sessão plenária da Assembleia em várias ocasiões. O Equador foi o vice-presidente da Comissão A e El Salvador, o relator da Comissão B. A Região das Américas foi representada na Comissão Geral pela Argentina, Barbados, Cuba e Estados Unidos, assim como pela República Dominicana na qualidade de vice-presidente da Assembleia; e ela esteve representada na Comissão de Credenciais por El Salvador e Jamaica.

3. No seu pronunciamento de abertura, o diretor-geral da OMS, o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, enalteceu aqueles que devotavam a vida em prol da saúde de todos e dedicou seu discurso ao Dr. Carlo Urbani, o primeiro a identificar a síndrome respiratória aguda grave. Ele falou da responsabilidade que cabe à OMS e manifestou um sentimento de orgulho pela rápida resposta no surto mais recente de Ebola ocorrido na República Democrática do Congo, observando que no momento a Organização tinha bem mais condições de lidar com surtos que em 2014. O Dr. Tedros enumerou várias iniciativas voltadas ao fortalecimento dos sistemas de saúde nas quais a OMS está envolvida, entre outras: a Comissão de Alto Nível sobre Doenças Não Transmissíveis, a iniciativa de mudança climática e saúde nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, a Parceria Stop TB, uma nova iniciativa dinâmica para acelerar o ritmo de progresso no combate à malária, um chamado à ação para acabar com o câncer do colo do útero e uma nova iniciativa para eliminar as gorduras trans da oferta mundial de alimentos até 2023.

4. O Diretor-geral discorreu sobre o que ele acreditava serem os elementos básicos para ter êxito com repercussão nos países que faça uma diferença quantificável na vida das pessoas atendidas pela OMS. Um destes elementos básicos era a necessidade de uma OMS transformada e mais forte, fundada nos seguintes alicerces: *a)* o Programa Geral de Trabalho (PGT); *b)* um plano de transformação para a OMS ser mais eficiente e efetiva; *c)* uma equipe de liderança forte no alto escalão oriunda de todo o mundo e *d)* a preparação de um novo estudo de investimento que descreva o que seria possível realizar com o pleno financiamento da OMS. Para executar o PGT, o Diretor-geral instou todos os países a darem apoio à OMS com fundos flexíveis de alta qualidade, o que já estava sendo feito por alguns países.

5. O Dr. Tedros falou sobre a importância do compromisso político, destacando a prioridade de engajar os líderes de todo o mundo na defesa da ação política em saúde, sobretudo em cobertura universal de saúde. Considerando o esforço único de cada país no sentido de alcançar a cobertura universal de saúde, ele afirmou ser fundamental “uma atenção primária que presta os serviços que as pessoas dizem precisar, não os serviços que alguém decide que elas deveriam ter” (1) O Diretor-geral acreditava que a Conferência Mundial sobre Atenção Primária à Saúde a ser realizada proximamente no Cazaquistão, em outubro, seria um passo de primordial importância e uma segunda oportunidade para cumprir a promessa e o compromisso pactuados em Alma-Ata em 1978, que até o momento não haviam sido cumpridos por falta de compromisso político. Ele afirmou que as parcerias precisavam ser aprofundadas e consolidadas e chamou a atenção às diversas outras organizações mundiais com uma visão semelhante à da OMS que possuem outros conhecimentos, competências, recursos e rede de inter-relações.

6. O Dr. Tedros encerrou o discurso observando os feitos de sucesso e esperança que aconteceram no seu primeiro ano como diretor-geral e salientou que cada experiência serve para lembrar que metas, planos, estratégias, diretrizes e reuniões não são o pilar da OMS. A razão de a Organização existir são as pessoas: “promover a saúde, manter o mundo seguro e atender os vulneráveis” (1).

7. O Presidente de Ruanda, Paul Kagame, foi o convidado especial da sessão de abertura da Assembleia. No seu discurso inaugural, o Presidente Kagame enfatizou que a cobertura universal de saúde é a prioridade mundial que requer forte liderança política em cada etapa e que era preciso ter em mente o caráter transformacional da cobertura universal de saúde.

8. Ele prosseguiu a sua fala assinalando os motivos pelos quais era preciso se empenhar para atingir a cobertura universal de saúde: *a)* a viabilidade do ponto de vista financeiro para os países em todos os níveis de renda, como demonstrado pelos exemplos em toda a África; *b)* a importância dada logo no início à atenção primária à saúde como uma estratégia efetiva para renovar a confiança entre cidadãos e governo e *c)* a visão voltada para o futuro e o empreendedorismo que são inspirados pela cobertura universal de saúde, possibilitando às pessoas pensar no próprio futuro.

9. O Presidente Kagame encerrou seu pronunciamento elogiando o Dr. Tedros e o pessoal da OMS pela resposta rápida e efetiva às sérias emergências de saúde ocorridas na África no ano último, sendo a mais recente o surto de Ebola na República Democrática do Congo.

10. Durante a Assembleia, houve participação ativa e interesse dos países da Região das Américas em travar negociações sobre as resoluções e o patrocínio de eventos paralelos. Ao se dirigirem ao plenário da Assembleia, praticamente 30 Estados Membros das Américas reafirmaram o compromisso no alcance ou consolidação da saúde universal. Em uma cerimônia realizada durante a Assembleia, foi concedido à Fundação da Costa Rica em prol das unidades de cuidados paliativos o Prêmio Sasakawa de Saúde da OMS por sua contribuição aos direitos das crianças com doenças terminais.

11. A agenda da Assembleia abrangeu itens gerais, itens relacionados a questões de saúde e técnicas e itens administrativos, orçamentários e institucionais. Como em ocasiões anteriores, esses assuntos foram tratados nas Comissões A e B e nas sessões plenárias.

12. Os documentos relacionados a este relatório estão disponíveis para consulta no site da OMS, http://apps.who.int/gb/e/e_wha71.html.

13. A lista das resoluções e decisões adotadas pela Assembleia Mundial da Saúde que são de interesse para a Região, as resoluções relacionadas à OPAS e algumas implicações das resoluções da AMS para a Região podem ser consultadas no Anexo.

Outros assuntos: Conselho Executivo

14. A 143ª Reunião do Conselho Executivo foi realizada nos dias 28 e 29 de maio de 2018. A presidência do Conselho Executivo ficou a cargo da Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo (Brasil). Com a aproximação do fim do mandato do Canadá e da República Dominicana, Chile e Estados Unidos foram eleitos para, ao lado do Brasil, Colômbia, Jamaica e México, ocupar as cadeiras do Conselho que representam a Região das Américas. Além disso, com o fim do mandato da República Dominicana, o Brasil ocupará a segunda cadeira da Região das Américas no Comitê de Programa, Orçamento e Administração. A Região tem duas cadeiras neste Subcomitê, sendo a outra ocupada pelo México.

15. A agenda da 143ª Reunião do Conselho Executivo incluiu 14 itens, dos quais três itens foram sobre a reforma da governança e um item sobre parcerias locais, e a posição do representante da Associação do Pessoal da OMS, entre outros. Nos assuntos para informação, dois itens foram tratados: o relatório de uma reunião de comitês técnicos e grupos de estudo e a Classificação Internacional de Doenças.

16. Por último, o Comitê tomou nota dos relatórios apresentados e aprovou a data e o local da 72ª Assembleia Mundial da Saúde. O Conselho Executivo decidiu que a 72ª Assembleia Mundial da Saúde será realizada no *Palais des Nations*, em Genebra, a partir de 20 de maio de 2019 até o mais tarde 28 de maio de 2019. Também foi decidido que a

144ª reunião do Conselho terá início em 24 de janeiro de 2019, na sede da OMS em Genebra, e se estenderá até o mais tardar 1º de fevereiro de 2019; e que o Comitê de Programa, Orçamento e Administração do Conselho Executivo realizará sua 29ª reunião de 21 a 23 de janeiro de 2019, na sede da OMS em Genebra.

17. As versões completas desses relatórios, assim como outros documentos vinculados, estão disponíveis para consulta no site da OMS, http://apps.who.int/gb/e/e_eb143.html.

Ação pelo Conselho Diretor

18. Solicita-se que o Conselho Diretor tome nota das resoluções no Anexo, considere as implicações para a Região das Américas e ofereça as observações que considerar pertinentes.

Referência

1. Organização Mundial da Saúde Discurso de abertura de Tedros Adhanom Ghebreyesus, Director General de la OMS [Internet]. 71ª Assembleia Mundial da Saúde; 21 de maio de 2018; Genebra, Suíça. Genebra: OMS; 2018. Disponível em: <http://www.who.int/dg/speeches/2018/opening-world-health-assembly/es/>.

Anexo

Tabela 1. Resoluções adotadas pela 71ª Assembleia Mundial da Saúde, documentos de referência e implicações para a Região das Américas

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
<p>WHA71.1 13.º Programa General de Trabajo 2019-2023</p>	<p>Proyecto de 13.º programa general de trabajo 2019-2023 Documentos A71/4, e EB142/2018/REC/1, resolução EB142.R2</p>	<p>CD56/INF/2 (2018) Processo proposto para o desenvolvimento do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025</p>	<p>O 13º programa geral de trabalho (PGT 13) define a visão estratégica e o rumo da Organização para os próximos cinco anos. Uma estrutura de resultados definindo o impacto e os objetivos e as metas dos resultados do PGT 13 está em fase de elaboração e deve ser finalizada o mais tardar até agosto de 2018. A pedido do Comitê Executivo em sua 162ª Sessão, adicionou-se o tema 8.5, sobre os indicadores do PGT 13 da OMS, à agenda do Conselho Diretor. Esse tema da agenda será apresentado pelo pessoal da OMS.</p> <p>As implicações para a Região englobam aspectos programáticos, orçamentários e cronológicos. Ocorrerá a sobreposição no último ano (2019) da execução do atual Plano Estratégico da OPAS 2014-2019 e do Programa e Orçamento 2018-2019 aprovado (mudanças requerem a aprovação dos Estados Membros). Dado o cronograma de aprovação do PGT 13 em maio de 2018, não é possível fazer mudanças ao Programa e Orçamento a tempo para implementação significativa em 2019.</p> <p>Os Estados Membros da Região das Américas terão oportunidade de considerar novas prioridades programáticas no Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 (SP 20-25) e nos respectivos programas e orçamentos. O novo Plano Estratégico da OPAS deverá seguir tanto o PGT 13 quanto as prioridades estabelecidas para a Região pelos Estados Membros na Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 (ASSA 2030). A OPAS não prevê dificuldades no alinhamento com o PGT 13 aos níveis de impacto e resultados. Também será necessário o alinhamento orçamentário do Programa e Orçamento 2020-2021 e do Programa e Orçamento 2022-2023.</p>

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
<p>WHA71.2 Preparación para la tercera Reunión de Alto Nivel de la Asamblea General sobre la Prevención y el Control de las Enfermedades No Transmisibles, que se celebrará en 2018</p>	<p>Preparación para la tercera reunión de Alto Nivel de la Asamblea General sobre la prevención y el control de enfermedades no transmisibles, que se celebrará en 2018 Documentos A71/14 e Add.1 A71/14</p>	<p>CSP29/11 (2017) Estratégia e plano de ação para fortalecer o controle do tabagismo na Região das Américas 2018-2022</p> <p>CD55/INF/12-C (2016) Plano de ação para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis: avaliação intermediária</p> <p>CD53/INF/4, Rev. 1 (2014) Relatório da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os Progressos Alcançados na Prevenção e no Controle de Doenças não Transmissíveis</p> <p>CSP28.R13 (2012) Estratégia para a prevenção e o controle de doenças não transmissíveis</p>	<p>Este relatório descreve a situação mundial, o progresso alcançado e as barreiras para cumprir os compromissos nacionais relacionados às DNTs e as ações necessárias por parte da OMS e dos Estados Membros para se prepararem para a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis, a ser realizada em 27 de setembro de 2018.</p> <p>Os Embaixadores do Uruguai e da Itália são cofacilitadores da Reunião de Alto Nível e estão atualmente liderando as negociações da versão preliminar do documento final, que deve fazer um apelo por mais compromisso político referente às intervenções multissetoriais, ao fortalecimento do sistema de saúde e ao financiamento inovador para as DNTs.</p> <p>A Reunião de Alto Nível em 2018 será uma oportunidade para apresentar o progresso feito na nossa Região nos quatro compromissos calendarizados assumidos de definir planos nacionais de DNTs, implantar políticas para redução de fatores de risco e realizar melhorias nos sistemas de saúde quanto ao tratamento e vigilância de DNTs.</p> <p>A OPAS continua a apoiar os Estados Membros no que se refere às DNTs, trabalhando intimamente com os gerentes de programas de DNTs ao se prepararem para participar da Reunião de Alto Nível.</p>
<p>WHA71.3 Preparación para la Reunión de Alto Nivel de la Asamblea General sobre el fin de la tuberculosis</p>	<p>Preparación para la Reunión de Alto Nivel de la Asamblea General sobre el fin de la tuberculosis Documentos A71/15, A71/16, A71/16 Add.1 e EB142/2018/REC/1, resolução EB142.R3</p>	<p>CD54.R10 (2015) Plano de ação para prevenção e controle da tuberculose</p> <p>CD46.R12 (2005) estratégia regional para o controle da tuberculose para o período de 2005-2015</p>	<p>A resolução adotada insta os Estados Membros a apoiar os preparativos para a Reunião de Alto Nível e buscar a implementação de todos os compromissos da Declaração de Moscou para pôr fim à tuberculose. Também pede que o Diretor-Geral da OMS dê apoio à implementação da Declaração de Moscou nos países e continue a dar orientações e assistência aos Estados Membros neste sentido.</p>

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
			<p>Os Estados Membros das Américas adotaram a Estratégia para pôr fim à tuberculose com o atual Plano de ação para prevenção e controle da tuberculose e vários países deram endosso à Declaração de Moscou. A Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas possibilitará obter maior compromisso político no combate à tuberculose, maior participação dos interessados diretos e um grau maior de responsabilidade e dar impulso a todos os países no continente para avançar rumo à eliminação da tuberculose como um problema de saúde pública e a ser a primeira Região no mundo a alcançar tal feito.</p> <p>A OPAS participou e apresentou observações nas deliberações sobre o projeto de esquema multissetorial para a prestação de contas com o propósito de acelerar o progresso de erradicação da tuberculose em 2030. Esse esquema será proposto na declaração da Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre a tuberculose em setembro.</p> <p>A OPAS também organizou uma sessão de orientação sobre a Reunião de Alto Nível voltada para as missões dos países da Região das Américas junto às Nações Unidas, a qual foi realizada em Nova York em 1º de junho, com a participação de 25 países. Promoveu-se a participação dos países com representantes dos mais altos níveis do governo.</p>
<p>WHA71.4 Prevención y control del cólera</p>	<p>O relatório apresentado pelo Diretor-Geral na 71ª Assembleia Mundial da Saúde abordou a prevenção da cólera.</p>	<p>CD41/16 (1999) Enfermedades infecciosas emergentes y reemergentes y resistencia a los antimicrobianos</p> <p>CSP28/INF/3-F (2012) Implantação do Regulamento Sanitário Internacional</p> <p>CD51/INF/5-A (2011) Imunização: desafios e perspectivas</p>	<p>A resolução aprovada insta os Estados Membros a fortalecer as políticas e os planos nacionais de prevenção e tratamento da cólera, entre outros. A resolução também solicita que o Diretor-geral aumente a capacidade de apoio para expandir a capacidade dos países de implementar e monitorar intervenções para prevenção, controle e eliminação da cólera.</p>

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
<p>WHA71.5 Reducción de la carga de envenenamiento por mordeduras de serpiente</p>	<p>Carga mundial de mordeduras de serpiente Documentos A71/17 e EB142/2018/REC/1, resolução EB142.R4</p>	<p>CD55/15 e CD55.R9 (2016) Plano de ação para a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas e ações pós-eliminação 2016-2022</p> <p>RIMSA 15 (2008) Mencionada pelos ministros da saúde e da agricultura</p> <p>Consulta técnica sobre acidentes com animais peçonhentos na América Latina (2007)</p>	<p>O documento faz uma análise da situação de problemas relacionados a acidentes por animais peçonhentos, como pouca disponibilidade e acesso a produtos com fabricação adequada e garantia de qualidade. O fraco mercado impede o investimento em pesquisa e desenvolvimento, sobretudo para a melhoria dos tratamentos atuais e o desenvolvimento da próxima geração de produtos bioterapêuticos, para reduzir os custos, melhorar a segurança e aumentar a efetividade.</p> <p>A OMS incluiu o envenenamento por animais peçonhentos como parte dos amplos esforços da Organização de combater o impacto global das doenças tropicais negligenciadas, um grupo diverso de doenças transmissíveis e zoonóticas que prevalecem principalmente em condições tropicais e subtropicais. Convida-se a Assembleia a tomar nota do relatório e dar outras orientações quanto à resposta da Organização à carga global de acidentes por animais peçonhentos.</p> <p>Trata-se de uma questão de importância em saúde para os países membros da OPAS porque é um problema de saúde negligenciado na nossa Região do ponto de vista da situação epidemiológica dos acidentes por animais peçonhentos e da distribuição e produção de soros e antídotos.</p>
<p>WHA71.6 Plan de acción mundial de la OMS sobre actividad física 2018-2030</p>	<p>Actividad física para salud Documentos A71/18 e EB142/2018/REC/1, resolução EB142.R5</p>	<p>CE162/INF/20-B (2018) Plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes: Revisão intermediária</p> <p>CD53.R13 (2014) Plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes</p>	<p>O plano de ação global para atividade física contém quatro objetivos estratégicos que visam atingir uma redução relativa concreta de 15% na prevalência global da inatividade física entre adultos e adolescentes até 2030 (usando a linha de base de 2016): 1) criação de uma sociedade ativa por meio da promoção de mudanças nas normas e atitudes sociais com relação à atividade física; 2) criação de ambientes, espaços e locais ativos; 3) criação e promoção do acesso a oportunidades e programas para incentivar as pessoas a praticarem</p>

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
			<p>atividade física regularmente; e 4) fortalecimento da liderança, governança, parcerias multissetoriais, capacidade da força de trabalho, defesa de causa e sistemas de informação para possibilitar melhor governança de todas as políticas relacionadas à atividade física pelos respectivos responsáveis pelas políticas e principais setores.</p> <p>Todas as estratégias e planos de ação atuais e anteriores da OPAS para prevenção da obesidade, DNTs, cidades saudáveis, entre outros, estão alinhados com este plano de ação global para atividade física. O plano ajudará a fortalecer as políticas e ações implantadas pela OPAS e seus Estados Membros e contribuirá sobretudo para melhorar a governança das ações necessárias, porque muitas das ações estruturais para reduzir a prevalência de inatividade física são realizadas por outros setores do governo.</p>
<p>WHA71.7 Salud digital</p>	<p>Salud mediante telefonía móvil (mSalud) Documento A71/20</p>	<p>CD51/13 (2011) Estratégia e plano de ação para saúde</p> <p>CD55/INF/12-A (2016) Estratégia e plano de ação sobre eSaúde: avaliação intermediária</p>	<p>O relatório A71/20 procura aumentar a capacidade dos Estados Membros de implementar soluções digitais em saúde para acelerar o progresso no sentido da cobertura universal de saúde. Ele se concentra principalmente no acesso, na integração, na otimização e na priorização das tecnologias digitais em saúde, inclusive nos sistemas de informação em saúde.</p> <p>Este relatório é pertinente e alinhado às prioridades da OPAS neste assunto. Segundo a União Internacional das Telecomunicações (UIT), a Região das Américas tem uma taxa de penetração de 108 linhas de telefonia móvel por 100 habitantes, o que representa uma oportunidade de aproveitar este tipo de tecnologia para melhorar saúde.</p> <p>Estes documentos estão alinhados com o trabalho da OPAS em eSaúde e sistemas de informação em saúde, com a iniciativa Sistemas de Informação em Saúde (IS4H), que introduz um enquadramento de ação e um entendimento comum de</p>

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
			determinados componentes dos sistemas de informação em saúde. Visa melhorar os mecanismos de tomada de decisão e formulação de políticas nos países com sistemas de saúde que garantirão o acesso universal, gratuito e oportuno a dados abertos e de qualidade e informação estratégica com o uso de ferramentas de TIC com boa relação de custo-benefício.
<p>WHA71.8 Mejora del acceso a la tecnología de asistencia</p>	<p>Mejora del acceso a la tecnología de asistencia Documentos A71/21 e EB142/2018/REC/1, resolução EB142.R6</p>	<p>CD53.R12 (2014) Plano de ação sobre deficiências e reabilitação</p>	<p>Esta resolução sobre tecnologia assistiva engloba equipamentos como cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, óculos e software de comunicação que ajudam as pessoas com dificuldades nas funções básicas a manter ou aumentar a independência e otimizar o bem-estar. Poderia, portanto, influenciar um grande número de pessoas em toda a Região, entre elas pessoas com deficiência, idosos, pessoas com doenças crônicas e com lesões ou distúrbios de curto prazo.</p> <p>A resolução convoca os Estados Membros a aumentar o número de políticas e programas que garantam o acesso à tecnologia assistiva. Também recomenda mais pesquisa, dados e colaboração internacional e regional. Há uma solicitação de um relatório global sobre tecnologia assistiva para 2021.</p> <p>Trinta e dois países na Região ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que garante o acesso à tecnologia assistiva. Muitos países, no entanto, não têm planos ou estratégias referentes à reabilitação ou à prestação de tecnologias assistivas, e aqueles que têm com frequência consideram o custo da compra de materiais proibitivo.</p> <p>No Plano de Ação Regional sobre Deficiência e Reabilitação 2014-2019, há uma meta para garantir que pelo menos 20% dos países da Região incluam tecnologias assistivas como parte de seus sistemas de prestação de serviço. Desde a revisão intermediária em 2017, 26% tinham atingido a meta.</p>

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
			<p>A provisão das tecnologias assistivas tem um componente técnico e um logístico. São necessários profissionais devidamente capacitados, como técnicos em próteses e ergoterapeutas, para a produção e distribuição de tecnologias assistivas, mas há uma escassez generalizada de profissionais desse tipo.</p> <p>Do ponto de vista logístico, também existe a necessidade urgente de considerar a maneira como se compram os produtos ou materiais das tecnologias assistivas na Região. Há muitas lições que podem ser extraídas do setor de medicamentos e de outras tecnologias da saúde.</p>
<p>WHA71.9 Alimentación del lactante y del niño pequeño</p>	<p>Nutrición de la madre, el lactante y el niño pequeño Plan integral de aplicación sobre nutrición de la madre, el lactante y el niño pequeño: informe bienal Documento A71/22 Salvaguardias ante posibles conflictos de intereses en los programas de nutrición Documento A71/23</p>	<p>CD53.R13 (2014) Plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes</p> <p>CSP28.R20 (2012) Estratégia e plano de ação para a saúde integral na infância</p> <p>CD51/12 y CD51.R12 (2011) Plano de ação para acelerar a redução da mortalidade materna e da morbidade materna grave</p> <p>CD50.R11 (2010) Estratégia e plano de ação para a redução da desnutrição crônica</p> <p>CD48.R4, Rev. 1 (2008) Estratégia e plano de ação regionais sobre a saúde do recém-nascido no contexto do processo contínuo da atenção à mãe, ao recém-nascido e à criança</p>	<p>O documento A71/22 apresenta o progresso feito na implementação completa do plano de nutrição materna, do lactante e da criança pequena. Também fornece informações sobre a situação das medidas nacionais para efetivar o Código Internacional de Comercialização de Substitutos de Leite Materno, adotado na resolução WHA34.22 (1981) e atualizado em resoluções subsequentes relacionadas da AMS e apresenta o progresso feito na preparação da orientação técnica para pôr fim à promoção imprópria de alimentos para lactantes e crianças pequenas, recebido com elogios na resolução WHA69.9 da AMS (2016).</p> <p>O documento visa reforçar o trabalho da OPAS ao proteger as políticas de alimentos e nutrição da interferência da indústria. É apresentado um processo decisório completo. Outra implicação para as Américas é que a OPAS poderá usar o documento como referência para produzir ferramentas concretas que ajudarão as autoridades do governo e também os centros de coordenação da OPAS a estabelecer medidas de proteção contra conflitos de interesses em políticas e programas de nutrição no país e ao nível sub-regional.</p>

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
			O documento A71/23 apresentou uma ferramenta para analisar possíveis conflitos de interesse no âmbito nacional, quando os países querem estabelecer parcerias com agentes não estatais. Esta ferramenta foi criada na OMS e terá um projeto-piloto em cada Região (no Brasil no caso das Américas).
WHA71.13 Reforma del programa mundial de pasantías			A resolução demanda que sejam feitas melhorias no programa de estágio. Atualmente, a OPAS participa da chamada mundial do concurso de estágios a fim de contar com uma lista diversa de candidatos e continuar realizando acordos com as universidades para o recrutamento de estagiários.
WHA71.14 Fiebre reumática y cardiopatía reumática	Fiebre reumática y cardiopatía reumática Documentos A71/25 e EB141/2017/REC/1, resolução EB141.R1	Não há resoluções regionais com esse tema.	Trata-se de um relatório à Assembleia Mundial da Saúde que expõe a situação global da febre reumática e doença cardíaca reumática, estratégias de saúde pública para prevenção, controle e possível eliminação destas doenças, desafios para reduzir a carga da doença cardíaca reumática e ações recomendadas aos Estados Membros e OMS para melhorar a resposta de saúde pública à doença cardíaca reumática. Nas Américas, ocorrem 12.846 mortes por doença cardíaca reumática ao ano, representando 0,19% de todos os tipos de mortes. As pessoas de comunidades marginalizadas, como as populações indígenas, são desproporcionalmente afetadas por esta doença.
WHA71.16 Poliomielitis – confinamiento de poliovirus	Erradicación de la poliomyelitis Documentos A71/26 , A71/26 Add.1 e A71/26 Add.2	CSP29/16 (2017) Atualização sobre a situação e os desafios do suprimento da vacina inativada contra poliomyelite para manter a erradicação da doença na Região das Américas	A resolução WHA71.16 insta os Estados Membros a acelerarem as atividades de contenção do poliovírus em preparação para um mundo livre de poliomyelite. Os países da Região das Américas avançaram com o Plano regional sobre a contenção do poliovírus nas Américas (GAPIII-Regional), que foi endossado pelo Grupo Técnico Assessor sobre imunização em 2015 e está alinhado com o plano de ação mundial da OMS para

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
		<p>CSP29/INF/7(F) (2017) Plano de Ação para Imunização: Revisão Intermediária</p> <p>CD54/7, Rev. 2 e CD54.R8 (2015) Plano de Ação para Imunização</p> <p>Plan regional sobre la contención de poliovirus en las Américas. GAPIII-Regional (2015)</p> <p>CD50.R5 (2010) Fortalecimento dos programas de imunização</p>	<p>minimizar o risco associado às instalações de armazenamento do poliovírus após a erradicação de tipos específicos de poliovírus selvagem e a suspensão subsequente do uso da vacina antipólio oral (GAPIII).</p> <p>O GAPIII-Regional contém um inventário de instalações em que se armazenam poliovírus selvagens e Sabin dos tipos 1, 2 e 3. Todos os países da Região apresentaram pelo menos dois relatórios nacionais sobre o processo de levantamento, o inventário de instalações e a eliminação final dos materiais.</p> <p>Para a nona reunião da Comissão Regional de Certificação, a qual teve lugar em fevereiro de 2018, sete países haviam designado 32 instalações essenciais de poliovírus. Em junho de 2018, o número de instalações havia sido reduzido a 20 e se prevê que continuará diminuindo.</p> <p>Cinco países já propuseram sua autoridade nacional de contenção. Cada instalação candidata deve participar formalmente do programa de certificação da contenção para armazenar o poliovírus tipo 2 e apresentar a sua autoridade nacional de contenção uma solicitação para participar, o que constitui o primeiro passo do processo de certificação mundial, com a brevidade possível, o mais tardar em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>A Comissão Regional de Certificação solicitou que todos os países apresentassem relatórios de contenção atualizados em agosto de 2018, com um inventário completo dos poliovírus tipo 2, e que avançassem com os inventários dos poliovírus tipo 1 e 3, destruindo todos os materiais do tipo 1, 2 e 3 que não fossem necessários. Esses relatórios atualizados dos países serão examinados na décima reunião da Comissão Regional de Certificação, a qual está programada para outubro de 2018.</p>

Resolução	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
			O pessoal da OPAS continuará trabalhando com todos os países da Região para promover a contenção de todos os poliovírus e aplicar a resolução WHA71.16 a fim de reduzir a um mínimo o risco de reintrodução do poliovírus.

Tabela 2. Decisões adotadas pela 71ª Assembleia Mundial da Saúde, documentos de referência e implicações para a Região das Américas

Decisões	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
<p>WHA71(8) La escasez mundial de medicamentos y vacunas y el acceso a ellos</p>	<p>La escasez mundial de medicamentos y vacunas y el acceso a ellos Documentos A71/12 e EB142/2018/REC/1, decisão EB142(3)</p>	<p>CSP29/16 (2017) Atualização sobre a situação e os desafios do suprimento da vacina inativada contra poliomielite para manter a erradicação da doença na Região das Américas</p> <p>CD55/10, Rev. 1 y CD55.R12 (2016) Acesso e uso racional dos medicamentos e outras tecnologias em saúde estratégicos e de alto custo</p>	<p>A nova estratégia global de acesso aos medicamentos será baseada em estratégias anteriores de medicamentos da OMS, integrará as resoluções existentes e definirá a base para o trabalho futuro.</p> <p>Os Estados Membros podem se valer do Fundo Estratégico da OPAS para resolver, na medida do possível, o desabastecimento regional de medicamentos. O Fundo Estratégico combina a demanda, identifica possíveis fornecedores e trabalha com as autoridades reguladoras nacionais de referência regional para garantir a qualidade. A experiência nesta área foi muito positiva com o benzimidazol e a penicilina benzatina e com o fortalecimento do mecanismo do fundo estratégico para acessar medicamentos de alto custo.</p>
<p>WHA71(9) Estrategia mundial y plan de acción sobre salud pública, innovación y propiedad intelectual: examen general del programa</p>	<p>Estrategia mundial y plan de acción sobre salud pública, innovación y propiedad intelectual Documentos A71/13 e EB142/2018/REC/1, decisão EB142(4)</p>	<p>CD51/INF/5-B (2011) Implantação da estratégia mundial e do plano de ação sobre saúde pública, inovação e propriedade intelectual.</p> <p>CD48.R15 (2008) Saúde pública, inovação e propriedade intelectual: uma perspectiva regional</p>	<p>O documento apresenta o trabalho do painel de especialistas, aprovado com a resolução WHA68.18, de fazer uma revisão geral dos programas da estratégia global e plano de ação, seus objetivos e metas e recomendar um rumo a ser seguido, inclusive detalhando quais aspectos ou ações deveriam ser acrescidos, melhorados ou concluídos até 2022.</p> <p>O relatório traz recomendações para cada um dos 8 elementos da Estratégia global e plano de ação em saúde pública, inovação e propriedade intelectual para o período de 2018-2022, com uma estimativa de orçamento de US\$ 31,5 milhões (US\$ 16,3 milhões destinados a ações de altas prioridade). O orçamento não está coberto com os recursos existentes.</p> <p>As ações prioritárias incluem muitas medidas importantes que seriam bastante úteis à Região.</p>

Decisões	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
<p>WHA71(11) Marco de preparaci3n para una gripe pand3mica: intercambio de virus gripales y acceso a las vacunas y otros beneficios</p>	<p>Preparaci3n para uma gripe pand3mica: intercambio de v3rus da gripe e acceso 3s vacinas e outros benef3cios</p>	<p>CD45.R8 (2004) Capacidade de preparaci3n e resposta a desastres</p> <p>CD44.R8 (2004) Pandemia de gripe: preparaci3n no Hemisf3rio Ocidental</p>	<p>Progreso na regi3o</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem atualmente mais de 100 hospitais em 20 pa3ses que realizam a vigil3ncia sentinela sistem3tica da gripe - Existem atualmente 25 centros nacionais para a gripe e um centro colaborador da OMS para a vigil3ncia da gripe na Regi3o. - Mais de 20 pa3ses enviam regularmente dados epidemiol3gicos e virol3gicos 3 OPAS para determinar as tend3ncias de circula3o da gripe - Os centros nacionais da gripe e os laborat3rios nacionais da Am3rica Latina e do Caribe enviam para caracteriza3o mais de 1.000 amostras por ano ao centro colaborador da OMS no CDC de Atlanta. - 14 pa3ses enviam regularmente dados epidemiol3gicos 3 plataforma mundial de intercambio de dados FluID <p>Implica3es para a regi3o</p> <ul style="list-style-type: none"> - A OPAS, na qualidade de Escrit3rio Regional, recebeu anualmente os fundos de contribui3o da parceria PIP desde 2014 e, em 2018, um total de oito pa3ses da regi3o est3o recebendo fundos desse tipo (Bol3via, Col3mbia, Costa Rica, Rep3blica Dominicana, El Salvador, Haiti, Nicar3gua e Suriname). - Al3m disso, todos os Estados Membros da Regi3o devem cumprir a resolu3o da Assembleia Mundial da Sa3de adotada em 2011 para apoiar o intercambio de v3rus e benef3cios.
<p>WHA71(15) Aplicaci3n del Reglamento Sanitario Internacional (2005): plan estrat3gico mundial quinquenal para mejorar la</p>	<p>Documentos A71/7 e A71/8 e decis3o EB142(1)</p>	<p>CD56/INF/9 (2018) Implementaci3o do Regulamento Sanitario Internacional (RSI)</p> <p>CSP29/INF/6 (2017) Implementaci3o do Regulamento Sanitario Internacional (RSI)</p>	<p>Recebeu-se com satisfa3o o plano estrat3gico mundial quinquenal para melhorar a preparaci3o e a resposta da sa3de p3blica, 2018-2023, que consta do anexo ao Documento A71/8. A RSPA continuar3 a prestar apoio aos Estados Partes na aplica3o, implementa3o e cumprimento do RSI, de acordo com os seguintes documentos de governa3a:</p>

Decisões	Temas e documentos de referência	Resoluções e documentos da OPAS	Implicações para a Região e avanços acerca desses temas
preparación y respuesta de salud pública, 2018-2023		<p>Relatório da Consulta Regional Formal Regional sobre o Regulamento Sanitário Internacional, São Paulo (Brasil), de 17 a 19 de julho de 2017</p> <p>CD55/9 (2016) Sistemas de saúde resilientes</p> <p>CD55.R8 (2016) Sistemas de saúde resilientes</p>	<p>- Programa e Orçamento da OPAS 2018-2019, Documento Oficial 354, adotado pelos Estados Membros mediante a Resolução CSP29.R6;</p> <p>- Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030, Documento CSP29/6, Rev. 3, adotada pelos Estados Membros por meio da Resolução CSP29.R2;</p> <p>- Orçamento-programa da OMS 2018-2019, Documento A70/7, adotado pelos Estados Membros por meio da Resolução WHA70.5;</p> <p>- Décimo terceiro programa geral de trabalho, 2019-2023, Documento A71/4, adotado pelos Estados Membros por meio da Resolução WHA71.1.</p> <p>No que se refere às obrigações dos Estados Partes de apresentar relatórios sobre o RSI à Assembleia Mundial da Saúde, o Relatório Anual dos Estados-Partes continua sendo o único requisito do RSI, de acordo com o Artigo 54.1 e a Resolução WHA61.2. O novo formato proposto, resultante de um processo mundial de consultas, está disponível em: http://www.who.int/ihr/publications/WHO-WHE-CPI-2018.16/es/.</p>

- - -